



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

PLANO ESPECÍFICO DE ATUAÇÃO

CAODPP 2016-2017

EQUIPE – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Maria Irismar Farias Santiago (Coordenadora)

Francisco Diassis Alves Leitão (Coordenador Auxiliar)

Hargos José Moreira de Oliveira (Apoio Operacional)

André (Estagiário)

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Integrar o Centro de Apoio CAODPP aos Órgãos de Execução do MPCE.

OBJETIVO GERAL

Garantir a eficácia na execução das atividades funcionais do CAODPP.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Propor melhorias ao disposto no Provimento 70/2008 CPJ-MPE-CE.

META 1: Redefinir e organizar a estrutura física e operacional do Centro de Apoio CAODPP no âmbito do MPCE.

Ações	Responsável	Área Meio/Apoi o Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma de atividades				Status %
						1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

1.1	Atualizar o Provimento 70/2008, quanto a divisão de atribuições na atuação do CAODPP.	Coordenação do CAODPP	NUGEP ASPIN	Redigir minuta de atualização do referido Provimento.	03	01/01/16					
1.2	Providenciar adequada estrutura física e pessoal para o desenvolvimento da atividade-fim do CAODPP.	Coordenação do CAODPP	DAM NAT SETIN	Solicitar aos setores responsáveis o layout, bem como os equipamentos de informática e os bens móveis necessários a estruturação física do CAODPP.	03	01/01/16					
1.3	Desenhar o processo de divisão de atribuições do CAODPP, mediante criação de organograma e fluxogramas, utilizando critérios objetivos que observem as peculiaridades na área de atuação do respectivo Centro de Apoio.	Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	NUGEP ASDIN	Solicitar ao NUGEP e a ASDIN a elaboração do organograma e fluxogramas, bem como estabelecer um modelo de documento para acompanhamento e análise dos indicadores de desempenho das metas.	03	01/01/16					
1.4	Formar equipe técnica no CAODPP para remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos de execução.	CAODPP Coordenação	ASPIN SRH SEFIN SECCIVEL	Solicitar a disponibilização a lotação de, pelo menos, um técnico Ministerial, um Analista Ministerial – área Direito e Estagiários para o CAODPP.	03	01/01/16					

INDICADORES

Atualização do Provimento 70/2008 CPJ-MPE-CE.

Estruturação das instalações físicas.

Formação da equipe técnica do CAODPP.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

META 2: Implementar o Plano de Atuação do CAODPP nas 184 Comarcas do Estado do Ceará.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoi o Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma de atividades				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
2.1	Promover a atuação conjunta nas Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Patrimônio Público, CAODPP e do GEDPP para defender a probidade na gestão pública e fiscalizar os recursos públicos.	CAODPP Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	GEDPP	Elaborar plano de ação, definindo calendário de encontros bimestrais, para que se possa agilizar a tramitação dos procedimentos administrativos com o intuito de cumprir os prazos legais e de evitar a ocorrência de prescrição.	12	01/01/16					
2.2	Contabilizar o percentual de Promotorias que já implementaram o Plano de Atuação	Unidade de Apoio Técnico Administrativo	SETIN Promotores de Justiça	Divulgar no site do MPCE o plano de atuação do CAODPP para conhecimento e execução por parte dos Promotores de Justiça.	03	01/04/16					
		Unidade de Apoio Técnico Administrativo do CAODPP	Promotores de Justiça do interior do Estado	Acompanhar Trimestralmente os Promotores de justiça visando a implementação do Plano de atuação nas respectivas Comarcas, levando em consideração as demandas regionais.	03	01/04/16					
2.3	Avaliar a perspectiva de resultados quanto a atuação da Promotorias de Justiça que atuam na Defesa do Patrimônio Público e incrementar o banco de dados do respectivo Centro de Apoio com procedimentos e ações nas áreas afetas ao CAODPP	CAODPP Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	Promotores de Justiça do Estado GEDPP	Somar as iniciativas voltadas à temática, quais sejam: Mediações, palestras, projetos, eventos, reuniões, audiências públicas, convênios firmados, ações de comunicação, campanhas educativas, participação e criação de grupo de atuação e trabalho, e outros procedimentos + TAC's	06	01/07/16					



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

				firmados e recomendações + atividades previstas na taxonomia).								
				(Somar as sentenças favoráveis e parcialmente favoráveis à última manifestação do MP / Soma do número de ações propostas e dos recursos interpostos referentes às sentenças desfavoráveis) *184/100, dos seguintes critérios: • Critério 1 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; •Critério 2 – DEFESA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS; • Critério 3 – DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.	06	01/07/16						
				(Somar os acórdãos favoráveis e parcialmente favoráveis à última manifestação do MP / Soma do número de ações propostas) *184/100, dos seguintes critérios: • Critério 1 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; • Critério 2 – DEFESA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS; • Critério 3 – DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.	06	01/07/16						
				(Levantar o número de processos movimentados no período / + número de autos de investigação social e procedimentos instaurados em aberto) *184/100 * Movimentações consideradas: Mediações, atendimentos ao público, ações judiciais	06	01/07/16						



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

			<p>propostas, Audiências Públicas, Recomendações, TAC's firmados, número de arquivamentos ** Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critério 1 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; • Critério 2 – DEFESA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS; • Critério 3 – DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. 							
			<p>(Número de recomendações e TAC's cumpridos + número de arquivamentos pelo atendimento do objeto / Total de recomendações expedidas + TAC's firmados + arquivamentos pelo atendimento do objeto) *184/100 dos seguintes critérios: • Critério1 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; • Critério2 – DEFESA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS; • Critério3 – DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.</p>	06	01/07/16					
			<p>Somar os processos relacionados à improbidade administrativa com sanções aplicadas / Total de processos julgados relacionados à improbidade administrativa] *184/100</p> <p>Sanções aplicadas: ressarcimento, suspensão de direitos políticos, perda do cargo, proibição de contratação com o serviço público.</p>	06	01/07/16					



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

INDICADORES

Σ da Implementação do Plano de Atuação do CAODPP nos 184 Municípios do Ceará.

Σ das Ações e procedimentos instaurados nas comarcas *184/100.

META 3: Firmar Convênios ou termos de cooperação com entidades das áreas de atuação do CAODPP visando dá suporte às demandas dos Órgãos de Execução.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma de atividades				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
3	Levantar as entidades que atuam na área afeta ao CAODPP e Celebrar Convênios ou Termos de Cooperação.	CAODPP Coordenação Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	ASPIN – Assessoria de Políticas Institucionais	Avaliar em conjunto com os Órgãos de Execução as entidades que atuam em Defesa da Moralidade e Patrimônio e formalizar eventuais convênios e acordos de cooperação	12	01/01/16					

INDICADORES

Σ dos Convênios ou termos de cooperações *184/100.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Fortalecer o sistema de participação e controle social.

OBJETIVO GERAL

Combater às condutas que lesam o patrimônio público e que não observam os princípios constitucionais da administração pública.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Garantir a transparência das ações e Contas Públicas em todo o Estado do Ceará.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

META: Assegurar a atuação do Ministério Público no cumprimento ao previsto na Lei Acesso à Informação.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma de atividades				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Incluir na página do MPCE/CAODPP ferramenta de acompanhamento ao quantitativo de Ações Judiciais e Extrajudiciais iniciadas no MPCE relacionadas ao combate à Corrupção	Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	SETIN	Solicitar a Criação pela SETIN de ferramenta de acompanhamento ao quantitativo de Ações Judiciais e Extrajudiciais no MPCE relacionadas ao combate à Corrupção	06	01/01/16					
2	Exigir a implantação e adequação dos Portais de Transparência pelos Municípios, com informações compreensíveis, inteligíveis e atualizadas, contemplando o registro dos repasses locais e dos gastos públicos.	CAODPP Coordenação	Promotores de Justiça do MPCE	Identificar os municípios que já disponibilizaram o Portal da Transparência.	12	01/01/16					
				Apresentar aos Promotores de Justiça o projeto "TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS" e a Campanha "DIGA NÃO À CORRUPÇÃO".	12	01/01/16					
3	Defender a Probidade administrativa e o Patrimônio Público, através da melhoria das medidas extrajudiciais ou judiciais para a efetiva fiscalização das prestações de contas e do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Criar um programa de formação voltado aos servidores do MP e um programa voltado à sociedade civil acerca da fiscalização do cumprimento da Lei de Acesso à Informação e Lei Estadual nº 15.175, com base nos	12	01/01/16					



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

				princípios da Democracia participativa, inclusive mediante parceria com instituições públicas ou privadas.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

INDICADORES

Inclusão na página do MPCE/CAODPP ferramenta de acompanhamento ao quantitativo de Ações Judiciais e Extrajudiciais iniciadas no MPCE relacionadas ao combate à Corrupção

∑ da implantação e adequação dos Portais de Transparência pelos Municípios *184/100.

∑ de recomendações expedidas + TAC's firmados + arquivamentos pelo atendimento do objeto *184/100.

∑ dos municípios em que foi necessário impetrar Ação Civil Pública *184/100.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Promover a defesa do Patrimônio Público.

OBJETIVO GERAL

Promover a probidade na gestão pública.

OBJETIVO ESPECÍFICO 1

Combater o nepotismo e a ilegalidade na contratação temporária de servidores.

META: Combater a ilegalidade da contratação temporária de servidores pelo menos em 25% dos municípios do Estado do Ceará.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Recomendar às prefeituras e câmaras municipais a realização de concursos públicos para a provimento em substituição à contratação temporária	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Elaboração de minutas pela Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP.	03	01/04/16					
2	Instruir às prefeituras e câmaras municipais no sentido de encaminhar os editais dos concursos, e após recebimento das informações realizar triagem e análise dos respectivos documentos.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras e às Câmaras Municipais os editais dos concursos.	03	01/04/16					
3	Mapear e fiscalizar as contratações de pessoal via Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), analisando as legislações	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras e às Câmara Municipais solicitando as informações.	06	01/07/16					

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ****PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA****CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA**

	estaduais e municipais acerca do assunto e implementando procedimento para exame da constitucionalidade das contratações emergenciais realizadas.										
4	Analisar o preenchimento dos cargos em comissão, verificando o percentual de cargos comissionados previstos no quadro administrativo (art. 37, II V da CF e 115, V da CE) e as distorções na criação, no provimento dos cargos comissionados.	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras e às Câmaras Municipais solicitando as informações.	06	01/07/16					
5	Promover nas comarcas medidas administrativas e judiciais visando a erradicação da contratação de serviços privados de advocacia por parte do Poder Executivo.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Celebrar TAC's e Recomendações e possíveis ACP's a fim de sanar as irregularidades encontradas.	03	01/10/16					

INDICADORES Σ das Recomendações enviadas às prefeituras e as câmaras municipais *184/100. Σ de recomendações expedidas + TAC's firmados + arquivamentos pelo atendimento do objeto *184/100. Σ dos municípios em que foi necessário impetrar Ação Civil Pública *184/100. Σ dos municípios que, pelo menos, iniciaram a adequação do quadro de servidores *184/100.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO ESPECÍFICO 2

Combater as irregularidades dos fundos previdenciários.

META: Combater as irregularidades no RPPS em pelo menos 25% dos municípios do Estado do Ceará.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Identificar os municípios que implantaram o RPPS.	CAODPP Coordenação	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras e às Câmaras Municipais solicitando as informações.	03	01/04/16					
2	Efetivar consulta ao Ministério da Previdência Social para apuração dos municípios que estejam com irregularidades	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Ministério da Previdência Social	Oficiar o Ministério da Previdência Social solicitando as informações.	03	01/04/16					
3	Informar aos Promotores acerca dos municípios que apresentaram irregularidades para instauração de Procedimentos Administrativos.	Unidade de Apoio Técnico Administrativo do CAODPP	Ministério da Previdência Social	Enviar informações aos Promotores de Justiça que atuam na área do CAODPP	03	01/07/16					
4	Promover ações (judicial e extrajudicial) visando a implantação do RPPS onde não houver e Instaurar procedimentos para auditar a prestação de contas do fundo previdenciário	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Celebrar TAC's e Recomendações e possíveis ACP's a fim de sanar as irregularidades encontradas.	03	01/10/16					



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

INDICADORES

Σ de recomendações expedidas + TAC's firmados + arquivamentos pelo atendimento do objeto x 100

Σ dos municípios em que foi necessário impetrar Ação Civil Pública *184/100.

Σ dos municípios que, pelo menos, iniciaram a adequação do RPPS *184/100.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - Promover a Defesa do Patrimônio Público.

OBJETIVO GERAL 1

Impulsionar o controle interno nas Empresas e Órgãos Públicos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Enfrentar a omissão na implementação do sistema de controle interno.

META: Criar o canal de comunicação para denúncias de corrupção.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoi o Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Criar canal de comunicação direta e sigilosa entre o cidadão e o CAODPP para que o usuário possa fazer denúncia de corrupção.	Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	SETIN NUTRI	Solicitar a SETIN a criação de canal de comunicação direta e sigilosa entre o cidadão e o CAODPP para que o usuário possa fazer DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO.	06	01/01/16					
2	Criar programa de formação voltado aos servidores do MP acerca de transparência e controle social, com base nos princípios da democracia participativa.	CAODPP Coordenação Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	SRH ESMP NUTRI PROCAP TCM TCE	Definir estratégias e calendários de eventos junto a SRH, o ESMP e o NUTRI.	06	01/01/16					
3	Criar programa de formação voltado à sociedade acerca de transparência e controle social, com base nos princípios da democracia participativa.	CAODPP Coordenação Unidade de Estudos e Informações do CAODPP	SRH ESMP NUTRI PROCAP TCMTCE	Definir estratégias e calendários de eventos junto a SRH, o ESMP e o NUTRI.	06	01/01/16					



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

4	Fomentar a criação de sistema de controle interno e acompanhar sua efetivação nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça	Celebrar TAC's e Recomendações e possíveis ACP's a fim de efetivar e sistema de controle interno nas Empresas e Órgãos Públicos.	12	01/01/16					
---	--	-------------------------------	-----------------------	--	----	----------	--	--	--	--	--

INDICADORES

Criação do canal de comunicação direta e sigilosa entre o cidadão e o CAODPP.
 Realização de, pelo menos, um Curso voltado aos servidores do MP.
 Realização de, pelo menos, um evento voltado à sociedade.
 Σ dos municípios que, pelo menos, iniciaram a efetivação do respectivo Órgão de controle interno*184/100.

OBJETIVO GERAL 2

Impulsionar a implementação da Lei Anticorrupção.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Enfrentar a omissão na implementação da Lei Anticorrupção.

META: Identificar possíveis práticas de ato de Improbidade Administrativa.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Combater omissões e desvios na aplicação dos recursos públicos destinados à moradia, à saúde e à educação, em atuação conjunta com os Promotores de Justiça das referidas áreas.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça	Enviar Recomendação aos órgãos da Administração Pública.	12	01/01/16					

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

2	Desenvolver condutas preventivas e repressivas no combate da corrupção, buscando o ressarcimento do erário e a devolução dos bens acrescidos ilicitamente.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar aos Órgãos da Administração Pública, solicitando as informações.	12	01/01/16					
3	Identificar as contratações anuais mais significativas dos municípios a fim de verificar possíveis fraudes ensejadoras de atos de corrupções ativas e passivas.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar aos Órgãos da Administração Pública, solicitando as informações.	06	01/07/16					
4	Fiscalizar acordos de leniência firmados.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar aos Órgãos da Administração Pública, solicitando as informações.	06	01/07/16					
5	Zelar pela responsabilização judicial decorrente da prática de ato de Improbidade Administrativa.	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Celebrar TAC's, Recomendações e possíveis ACP's a fim de sanar possível ato de Improbidade Administrativa.	12	01/01/16					

INDICADORES \sum de Recomendações expedidas + TAC's firmados + arquivamentos pelo atendimento do objeto *184/100. \sum dos municípios em que foi necessário impetrar Ação Civil Pública *184/100.**OBJETIVO GERAL 3**

Atuar de forma preventiva e repressiva nos processos licitatórios e nas contratações públicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Combater às fraudes nos processos licitatórios e nas contratações públicas.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

META: Combater as irregularidades nos processos licitatórios em pelo menos 25% dos municípios do Estado do Ceará.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Fortalecer a proteção ao patrimônio público com enfoque nas licitações e emprego das verbas públicas.	CAODPP Coordenação	SETIN	Enviar Recomendação aos órgãos da Administração Pública.	12	01/01/16					
2	Identificar as fraudes em procedimentos licitatórios, praticadas mediante atuação cartelizada ou de forma repetitiva em diversas comarcas, buscando atuação conjunta com a área criminal, na investigação, a fim de facilitar a persecução judicial. Coibir as fraudes em licitações e as respectivas contratações ilegais.	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras e às Câmaras Municipais solicitando as informações.	06	01/07/16					
3	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contratação e licitação de obras públicas.	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras e às Câmaras Municipais solicitando as informações.	06	01/07/16					
4	Promover nas comarcas medidas administrativas e judiciais visando Combater as fraudes nos processos licitatórios e nas contratações públicas .	Promotores de Justiça do MPCE	Promotores de Justiça do MPCE	Celebrar TAC's e Recomendações e possíveis ACP's a fim de sanar as irregularidades encontradas.	03	01/10/16					

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

INDICADORES

Σ das Intervenções judiciais e extrajudiciais que visem combater as nos processos licitatórios e nas contratações públicas *184/100.

OBJETIVO GERAL 4

Atuar em parceria com o CAOCIDADANIA na defesa do direito à moradia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Combater as irregularidades identificadas no cadastro de beneficiários e nas distribuições das moradias.

META: Combater as irregularidades identificadas no cadastro de beneficiários e nas distribuições das moradias em pelo menos 25% dos municípios do Estado do Ceará.

	Ações	Responsável	Área Meio/Apoio Técnico	Atividades	Prazo (meses)	Início	Cronograma				Status %
							1º Trim 2016	2º Trim 2016	3º Trim 2016	4º Trim 2016	
1	Fortalecer a proteção ao patrimônio público com enfoque na defesa do direito à moradia.	CAODPP Coordenação	11ª Promotoria de Justiça Cível de Fortaleza SETIN	Enviar Recomendação aos órgãos da Administração Pública.	06	01/01/16					
2	Identificar as irregularidades ocorridas quando da feitura do cadastro de beneficiários.	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Oficiar às Prefeituras requisitando informações.	03	01/04/16					
3	Acompanhar e fiscalizar a entrega dos imóveis no que	Unidade de Apoio	SETIN	Elaborar minuta com Recomendação, cobrando							

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ****PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA****CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA**

	pertine à obediência a ordem do cadastro.	Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	uma adequada fiscalização, e expedi-la aos órgãos da Administração Pública.	06	01/07/16					
4	Promover nas comarcas medidas administrativas e judiciais visando combater as irregularidades decorrentes do desrespeito ao direito à moradia.	Unidade de Apoio Técnico Jurídico do CAODPP	Promotores de Justiça do MPCE	Celebrar TAC's e Recomendações e possíveis ACP's a fim de sanar as irregularidades encontradas.	03	01/10/16					

INDICADORES

Σ de Recomendações expedidas + TAC's firmados + arquivamentos pelo atendimento do objeto *184/100.
 Σ dos municípios em que foi necessário impetrar Ação Civil Pública *184/100.

VALIDAÇÃO

Fortaleza, 30 de novembro de 2015.

MARIA IRISMAR FARIAS SANTIAGO
Titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível
Coordenadora do CAODPP

FRANCISCO DIASSIS ALVES LEITÃO
Titular da 23ª Promotoria de Justiça Cível
Coordenador Auxiliar do Centro do CAODPP